

TALES FARIA

Jornalista e comentarista de política

Após o Orçamento secreto, emendas não-parlamentares

Caso se confirmem corretas as duas últimas decisões divulgadas do ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal, acaba de ser descoberto um novo sistema de desvio de verbas do Orçamento nas emendas parlamentares até então não revelado: as emendas não-parlamentares ao Orçamento.

Depois dos Anões do Orçamento e do Orçamento secreto, pode ter aparecido agora o Orçamento não-parlamentar do Parlamento.

O ministro Flávio Dino determinou nesta sexta-feira, 10, a suspensão de emendas parlamentares que teriam sido indicadas irregularmente, segundo a Polícia Federal, pelo presidente nacional do PL, Valdemar Costa Neto, que não é parlamentar.

A PF afirma que funcionários da Câmara dos Deputados teriam desviado pelo menos 21 emendas parlamentares em benefício de Valdemar. Somariam R\$ 119,2 milhões em recursos públicos. Flávio Dino determinou, então a indisponibilidade de bens do ex-deputado até o limite desses R\$ 119,2 milhões.

Valdemar já havia sido condenado em 2012 a 7 anos e 10 meses de prisão por corrupção passiva e lavagem de dinheiro no processo do Mensalão. Renunciou ao cargo de deputado federal em 2013 para evitar cassação. Cumpriu parte da pena em regime fechado e domiciliar, recebendo perdão judicial.

Neste domingo, 12, tornou-se pública outra decisão do ministro Flávio Dino no âmbito da mesma investigação que bloqueou os bens

do presidente do PL. O ministro determinou o bloqueio de até R\$ 6 milhões em bens do ex-presidente da Câmara dos Deputados Eduardo Cunha (Republicanos-MG), também investigado por suspeita de desvio de emendas.

Segundo a PF, Cunha teria participado da definição e do remanejamento de emendas parlamentares mesmo sem exercer mandato, atribuição que cabe exclusivamente a deputados e senadores em atividade.

De acordo com Flávio Dino, foram identificados elementos de um suposto esquema paralelo para direcionar recursos públicos. A PF afirma que Eduardo Cunha utilizava a servidora da Câmara dos Deputados Mariângela Fialek, conhecida como “Tuca”, para influenciar na destinação das verbas.

Cunha sofreu condenações na Operação Lava Jato, mas foram anuladas pelo STF, que transferiu os processos para a Justiça Eleitoral.

Tuca é servidora comissionada da Câmara dos Deputados desde 2021. Foi chefe da assessoria especial do gabinete do então presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL). Chegou a ser apontada como operadora das “emendas de relator”, conhecidas como orçamento secreto. Assessorou Lira como deputado até 2024, quando foi trabalhar na liderança do PP. Flávio Dino a aponta como “braço executor” de Cunha.

O atual presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), classificou como “indevida intervenção judicial” a decisão de Flávio Dino sobre Valdemar.

“A decisão em questão não identifica desvio, abuso ou aplicação irregular de verbas públicas. Limita-se a inferições e a tentar criminalizar a atividade política”, afirmou em nota.

MÁRCIO COIMBRA

CEO da Casa Política e Presidente-Executivo do Instituto Monitor da Democracia

Tática Guarani

O som do apito final e a explosão de alegria na cobrança do último pênalti contra a Alemanha coroaram uma das campanhas mais heroicas da história da Copa do Mundo. Mesmo depois de cair para a França, o Paraguai mostrou que determinação tática e pragmatismo estratégico conseguem derrubar gigantes. Curiosamente, a resiliência paraguaia em campo não foi construída de forma isolada: o time contou com o talento providencial de jogadores “importados”.

Fora das quatro linhas, no tablado do desenvolvimento industrial, o Paraguai repete a jogada ensaiada. O país opera um milagre econômico silencioso, atraindo um fluxo massivo de cérebros, capitais e fábricas brasileiras que cruzam a fronteira em busca de um ecossistema mais saudável, estável e livre para prosperar.

Essa transformação ganhou tração inédita com o governo de Santiago Peña. Sob uma firme postura de liberdade econômica, desregulamentação e desburocratização, o Paraguai posicionou-se como o porto seguro do capital privado na América do Sul. O segredo reside na simplicidade e estabilidade das regras. Enquanto o Brasil patina, o país vizinho oferece o modelo “Triplo 10”: 10% de Imposto de Renda Empresarial, 10% de Imposto de Renda Pessoal e 10% de IVA.

Além disso, a Lei de Maquila garante segurança fiscal por até vinte anos e permite que indústrias importem componentes com imposto suspenso, processem no país e reexportem pagando apenas 1% sobre o valor agregado. Simulações mostram que essa engenharia tributária permite obter um lucro

até 150% maior no Paraguai em comparação ao complexo ambiente brasileiro.

Além disso, a aliança estratégica com Taiwan converteu fidelidade geopolítica em investimentos tecnológicos, trazendo parques de semicondutores e ônibus elétricos. Na energia, a gestão da cota excedente de Itaipu garante eletricidade até 60% mais barata ao setor manufatureiro.

No quesito mão de obra, a flexibilidade regulatória esmaga o engessamento da legislação brasileira. O custo de um funcionário formalizado é de 30% a 40% menor do que sob a CLT. A jornada padrão paraguaia é de 48 horas semanais, gerando 416 horas adicionais por ano — cerca de 52 dias úteis de vantagem competitiva anual por trabalhador.

Diante desse ecossistema, o Brasil assiste a um êxodo industrial sem precedentes. Desde 2007, 232 empresas brasileiras migraram para lá via maquila, representando 70% do parque multinacional instalado e transferindo mais de 25.000 empregos diretos. As dez maiores maquiladoras brasileiras geraram US\$ 1,3 bilhão em exportações e aportes que superam US\$ 182 milhões. No setor têxtil, 89 indústrias já operam além-fronteira, pois produzir no Brasil, onde a burocracia consome até 90% do custo, tornou-se inviável. Até multinacionais transferiram centros administrativos de São Paulo para Assunção.

O diagnóstico é claro e doloroso: enquanto o Paraguai abraça a liberdade econômica com inteligência rumo ao futuro, o Brasil insiste em fórmulas arcaicas, assistindo suas empresas marcarem gols na concorrência, mas vestindo o fardamento do nosso vizinho.

EDITORIAL

Conhecer a saúde pode ser o primeiro passo

A abertura da coleta da Pesquisa Nacional de Saúde 2026, conduzida pelo IBGE, é uma notícia que merece atenção para além do campo estatístico. Em um país marcado por desigualdades profundas e desafios persistentes na saúde pública, produzir informação de qualidade é condição básica para planejar, corrigir rumos e salvar vidas.

Ao visitar cerca de 140 mil domicílios em todos os estados, a pesquisa vai muito além de levantar números.

Ela permitirá traçar um retrato amplo e atualizado da saúde dos brasileiros, identificando a incidência de doenças crônicas, hábitos de vida, acesso aos serviços, condições de envelhecimento e outros indicadores decisivos para a formulação de políticas públicas.

Em saúde, conhecer a realidade não é um exercício acadêmico, é o primeiro passo para transformá-la.

O valor desse levantamento está justamente em oferecer ao poder público uma base objetiva para a tomada de decisões. Num país de dimensões continentais, não há espaço para improvisos nem para políticas guiadas por impressões genéricas. A gestão da saúde exige evidências, acompanhamento contínuo e capacidade de reconhecer diferenças regionais, sociais e epidemiológicas. Sem esse diagnóstico, o risco é repetir erros, desperdiçar recursos e perpetuar desigualdades.

Mas a coleta de dados, por si só, não basta. O desafio brasileiro também está na forma como essas informações são organizadas, compartilhadas e utilizadas. Ainda hoje, milhões de cidadãos enfrentam a fragmentação dos registros clínicos entre hospitais, postos de saúde, laboratórios e diferentes redes de atendimento.

Exames se repetem, históricos médicos se perdem e profissionais são obrigados a decidir com base em informações incompletas.

É por isso que a modernização e a integração dos sistemas de saúde devem ser tratadas como prioridade estratégica. Um prontuário eletrônico nacional, interoperável e acessível aos profissionais autorizados, representaria um salto de qualidade. Além de reduzir custos e evitar desperdícios, essa medida pode acelerar diagnósticos, melhorar a continuidade do cuidado e aumentar a segurança do paciente. Em outras palavras, tecnologia em saúde não é apenas eficiência administrativa: é instrumento direto de proteção à vida.

OPINIÃO DO LEITOR

Diferenças

A seleção Argentina tri campeã do mundo, além de ter Messi, tem de sobra fibra e garra. Luta até o fim. Não esmorece, não se deixa vencer. Características que lamentavelmente faltam a seleção brasileira, pentacampeã do mundo.

Vicente Limongi Netto, Brasília - Distrito Federal

Contribuições por e-mail: endereço@correiodamanha.net.br

Correio da Manhã

FUNDADO EM 15 DE JUNHO DE 1901

Edmundo Bittencourt (1901-1929) | Paulo Bittencourt (1929-1963) | Niomar Moniz Sodré Bittencourt (1963-1969)

www.correiodamanha.com.br

Publisher
CLÁUDIO MAGNAVITA
redacao@correiodamanha.com.br

REDAÇÃO

Affonso Nunes (editor #cm 2) Gabriela Gallo, Ive Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro, Rudolfo Lago (editor), William França e Rafael Lima (Coordenador editorial)
Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil

EDITORIA DE ARTE

Coordenação: José Adilson Nunes (projeto gráfico); Diagramação: Anderson Sá, Ricardo Gomes (projeto gráfico) e Thiago Ladeira - Marcos Lima (Gestor de TI)

TELEFONES

(21) 2042 2955 Whatsapp: (21) 97948-0452 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872

RIO DE JANEIRO
Av. João Cabral de Mello Neto
850 Bloco 2 Conj. 520
Rio de Janeiro - RJ CEP
22775-057

BRASÍLIA
ST SIBSQuadra 2 conjunto B
Lt 10 - Nucleo Bandeirantes
Brasília - DF CEP 71736-20

SÃO PAULO
Av. Francisco Matarazzo, 1752, sala 2317,
Água Branca - São Paulo-SP, - CEP 05001-200
Campinas: Avenida Aquidabã, 766, Sala 51,
Centro - Campinas-SP, CEP 13010-132

Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal